

GOVERNANÇA PÚBLICA E DESAFIOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA DENGUE E COVID-19 EM ARARAS/SP

Eder Gonçalves¹
Julia Gozetto dos Santos²
Laura Brito de Carvalho de Mattos³
Rosana Gomes Ferreira⁴
Ygor Gimenez de Oliveira⁵
Bruna Moreira dos Santos Caetano⁶

RESUMO:

O presente estudo analisou as estratégias de governança pública no município de Araras (SP) no enfrentamento da dengue e da COVID-19, buscando compreender como as ações implementadas pela gestão municipal responderam aos desafios sociais locais e contribuíram para a promoção da saúde coletiva. A pesquisa justifica-se pela relevância de avaliar a efetividade das políticas públicas em contextos urbanos de médio porte, especialmente diante da recorrência de surtos e da necessidade de fortalecer a capacidade de resposta governamental. Foi adotada uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, utilizando revisão teórica e aplicação de um questionário on-line junto a moradores da cidade. Os resultados revelaram que a população reconhece parcialmente os esforços da gestão pública, mas evidencia fragilidades na comunicação institucional, na mobilização social e na continuidade das ações preventivas. Identificou-se também baixo nível de confiança nas políticas adotadas e limitada participação da comunidade nas campanhas de prevenção. Conclui-se que o fortalecimento da governança pública em saúde requer maior integração intersetorial, transparência na gestão e estímulo à participação social, de modo a alinhar as práticas locais aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e às metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), que visa assegurar vida saudável e bem-estar para todos.

Palavras-chave: governança pública; saúde coletiva; políticas públicas; participação social.

1 INTRODUÇÃO

O município de Araras, localizado no interior do estado de São Paulo, possui uma população de 130.866 habitantes, segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Apesar de apresentar bons índices de saneamento básico, com 98,23% da população atendida por abastecimento de água e esgoto, valores superiores às médias estadual e nacional, o município ainda apresenta baixa taxa de coleta

¹ Graduando do curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São

² Graduanda do curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São Paulo

³ Graduanda do curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São Paulo

⁴ Graduanda do curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São Paulo

⁵ Graduando do curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São

⁶ Professora Orientadora do Curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São Paulo

seletiva, com apenas 0,78% dos resíduos sendo triados. Esse cenário revela avanços na infraestrutura básica, mas também expõe fragilidades estruturais e sociais que podem favorecer a proliferação de doenças e dificultar ações preventivas.

Nesse contexto, Araras vem enfrentando um cenário preocupante no campo da saúde pública, marcado pelo aumento expressivo de casos de COVID-19 e pelo avanço da dengue, que resultou em óbitos confirmados. Segundo boletim municipal, até abril o município já havia ultrapassado 1.600 casos de dengue, com três mortes em investigação, evidenciando a gravidade da situação epidemiológica local (Prefeitura Municipal de Araras, 2025). Este contexto expõe a necessidade de fortalecer as estratégias de governança pública e de revisar a efetividade das ações adotadas para conter tais surtos, principalmente em contextos urbanos de médio porte, nos quais a capacidade de resposta é frequentemente limitada por recursos escassos e estruturas fragilizadas.

Conforme destaca Buss (2024), a governança pública exerce papel central no enfrentamento de surtos de doenças, pois envolve a articulação entre diferentes atores, níveis de governo e setores da sociedade civil, garantindo ações coordenadas, rápidas e eficazes. No entanto, os desafios sociais locais, como desigualdades socioeconômicas, desinformação e precariedade de infraestrutura, podem comprometer a efetividade das políticas públicas (Oliveira *et al.*, 2017). Esse cenário evidencia a importância de modelos de governança mais integrados, participativos e transparentes para assegurar respostas efetivas, se alinhando ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3)⁷ (Nações Unidas, 2025).

Apesar dos esforços empreendidos pelo poder público local, o combate à dengue e à COVID-19 em Araras ainda encontra obstáculos estruturais e comportamentais. Entre eles, se destacam a resistência da população em adotar medidas preventivas e o grande número de imóveis abandonados que funcionam como criadouros do mosquito *Aedes aegypti* (Pires, 2024). Esses fatores indicam que a efetividade das políticas depende não apenas da disponibilidade de recursos, mas também do engajamento da sociedade e da coordenação entre os diversos atores envolvidos no processo decisório (Marinho *et al.*, 2024).

Diante do exposto, analisar a governança pública em saúde se torna essencial para compreender como as políticas públicas locais são planejadas, implementadas e avaliadas, especialmente diante de crises sanitárias recorrentes. Como ressaltam Bravo, Paula e Raichelis (2024), a participação da população, o fortalecimento das organizações

⁷ O ODS 3 integra a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e tem como propósito assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, abordando metas relacionadas à redução da mortalidade, ao acesso universal à saúde e ao fortalecimento dos sistemas públicos de atenção (ONU, 2021).

comunitárias e a integração entre as esferas de governo são fatores-chave para enfrentar desafios sociais e reduzir vulnerabilidades em saúde coletiva.

Nesse sentido, este trabalho verificou como as estratégias de governança pública no município de Araras (SP) têm sido implementadas no enfrentamento dos desafios sociais locais relacionados aos surtos de dengue e COVID-19, considerando as ações do poder público, as percepções da população e os principais entraves estruturais identificados. Para tanto, foi realizada uma revisão teórica sobre governança em saúde, políticas públicas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além da aplicação de um questionário de opinião pública, de modo a compreender de que forma as práticas locais se articulam com as diretrizes nacionais e internacionais de promoção da saúde.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GOVERNANÇA PÚBLICA EM SAÚDE E OS DESAFIOS LOCAIS NO ENFRENTAMENTO DE DOENÇAS

A governança pública em saúde corresponde ao conjunto de processos, estruturas e relações entre diferentes atores sociais e institucionais envolvidos na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Segundo Silva *et al.* (2020), no campo da saúde coletiva, a governança deve ser entendida como um sistema dinâmico e interdependente, em que decisões são tomadas de forma colaborativa e articulada entre as esferas governamentais e a sociedade civil.

Santo e Voks (2023) reforçam que os processos de governança em saúde demandam articulação entre gestores, trabalhadores e usuários, sendo essencial fortalecer a gestão compartilhada, especialmente em contextos vulneráveis, como fronteiras ou municípios com infraestrutura precária. Embora a descentralização do Sistema Único de Saúde tenha proporcionado maior autonomia aos municípios, ela também apresenta desafios como a baixa capacidade técnica e administrativa local e a dificuldade de coordenação intergovernamental (Moura; Cárdenas; Guilhem, 2025).

Durante a pandemia de COVID-19, Casanova *et al.* (2024) evidenciaram lacunas estruturais e logísticas, como a ausência de coordenação e comunicação entre níveis de governo, que comprometeram a resposta sanitária em comunidades vulneráveis. Além disso, conforme Linhares, Santos e Santos (2024), municípios de pequeno e médio porte enfrentam limitações de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, o que exige maior integração e participação social.

Portanto, compreender a governança pública em saúde requer uma análise contextualizada dos fatores locais, sociais, políticos e econômicos que influenciam a implementação de ações. Conforme destacam Furtado, Queiroz e Andres (2021), fortalecer a gestão participativa, promover a regionalização dos serviços e reduzir as desigualdades no acesso à saúde são elementos centrais para melhorar as respostas municipais a surtos e crises sanitárias como Dengue e COVID-19.

A partir dessa compreensão mais ampla da governança em saúde e de seus entraves, é importante aprofundar o debate sobre o papel das políticas públicas e da participação social. Esses elementos configuram dimensões fundamentais para aproximar a gestão das demandas reais da população e ampliar a efetividade das estratégias de promoção da saúde.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DA GOVERNANÇA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

A promoção da saúde envolve ações intersetoriais que ampliem os determinantes sociais e ambientais do bem-estar da população. A Política Nacional de Promoção da Saúde (Brasil, 2018) estabelece princípios como equidade, participação e intersetorialidade, reforçando o papel da governança na articulação entre diferentes setores.

A participação da sociedade civil em conselhos e conferências fortalece a governança ao aproximar as políticas públicas das demandas locais. No entanto, enfrenta desafios como baixa representatividade e descontinuidade de ações (Moura; Hugo Cárdenas; Guilhem, 2025). Para Azevedo, Pelicioni e Westphal (2022), práticas intersetoriais entre saúde, educação, saneamento e meio ambiente superam a ruptura histórica das políticas sociais no Brasil.

Estudos comparativos como os de Motta; Vaitsman; Ribeiro, (2022) revelam que sistemas com estruturas de governança abertas e participativas alcançam melhores resultados em equidade e eficiência. No entanto, no Brasil, a instabilidade política e a fragilidade institucional ainda limitam esse potencial. Portanto, consolidar a governança com planejamento estratégico, gestão intersetorial e participação cidadã é fundamental para tornar as políticas de promoção da saúde mais eficazes e sustentáveis (Silva e Procópio, 2020).

Além da formulação de políticas e da promoção da participação cidadã, Oliveira e Júnior (2024) enfatizam que a análise da governança pública deve considerar a capacidade dos municípios de responder a situações emergenciais, como epidemias e crises sanitárias. Os autores concluem ainda que esse aspecto é particularmente desafiador em cidades de médio porte, onde os recursos são limitados e a articulação entre gestão pública e comunidade se

torna indispensável.

2.3 ENFRENTAMENTO DE EPIDEMIAS EM CIDADES DE MÉDIO PORTE: INTERFACES ENTRE GESTÃO PÚBLICA E COMUNIDADE

O enfrentamento de epidemias em cidades de médio porte demanda a integração entre vigilância epidemiológica, políticas sociais e mobilização comunitária. Os planos municipais de contingência organizam protocolos de ação e monitoramento, como exemplificado em Guanambi-BA, onde estratégias intersetoriais e participação popular foram aplicadas com sucesso no controle da dengue (Alvarenga; Alvarenga, 2023). Segundo a pesquisa de Teixeira (2022), os principais desafios no enfrentamento de crises sanitárias incluem falta de recursos, descontinuidade de políticas e ausência de estrutura para vigilância e educação em saúde.

No cenário pós-pandêmico, destaca-se a necessidade de modelos de gestão mais ágeis, colaborativos e voltados à redução de riscos (Silva; Confessor, 2021). Para Pinheiro (2021), incorporar a variável “risco” ao planejamento urbano é essencial para aumentar a resiliência e a capacidade de resposta local.

Além de afetar a saúde, as epidemias evidenciam desigualdades e fragilidades institucionais, tornando a interação entre poder público e comunidade fundamental para construir confiança e adesão às medidas de prevenção.

Por fim, compreender a governança em saúde também implica inseri-la em um quadro mais amplo de compromissos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Nesse contexto, o ODS 3 constitui um referencial estratégico para avaliar como as ações locais dialogam com metas internacionais de saúde, equidade e sustentabilidade.

2.4 GOVERNANÇA, ODS 3 E SAÚDE COLETIVA: CONEXÕES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DE CONTEXTOS LOCAIS

A Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, estabelece o ODS 3 como meta para assegurar vida saudável e bem-estar para todos (ONU Brasil, 2015). Para Martins *et al.* (2024), a implementação dos ODS requer integração entre saúde, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Menezes e Martins (2021) destacam que o uso de indicadores alinhados à Agenda 2030 nos municípios favorece a governança participativa e o monitoramento de vulnerabilidades sociais.

Além disso, Pires, Ribeiro e Cruz (2024) defendem que incorporar os ODS às políticas de saúde exige enfrentar desigualdades estruturais e fortalecer a participação popular para

transformar metas globais em ações locais concretas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como uma investigação de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, voltada à análise das estratégias de governança pública no município de Araras, no estado de São Paulo. Essa escolha permitiu compreender as ações desenvolvidas no enfrentamento dos surtos de dengue e COVID-19, bem como os desafios sociais que influenciaram a efetividade das políticas públicas de saúde.

Inicialmente, foi realizada uma revisão teórica, com o objetivo de sistematizar o conhecimento produzido sobre governança pública em saúde. Foram analisados artigos, documentos institucionais e dados oficiais emitidos por órgãos como o IBGE e a Prefeitura Municipal de Araras. Essa etapa possibilitou identificar lacunas na literatura e compreender como a temática da governança em saúde tem sido discutida e aplicada em contextos semelhantes, fornecendo suporte conceitual e analítico para o desenvolvimento do estudo.

Segundo Gil (2008), a pesquisa teórica tem como principal finalidade examinar e analisar as contribuições de diversos autores sobre determinado tema, promovendo o aprofundamento conceitual e o embasamento necessário para a compreensão de fenômenos complexos. De forma complementar, Prodanov e Freitas (2013) destacam que a revisão teórica é essencial para a construção de referenciais sólidos e para a delimitação clara do objeto de estudo, permitindo ao pesquisador compreender o estado atual do conhecimento e identificar lacunas que justifiquem novas investigações.

Em seguida, foi conduzida uma pesquisa de opinião junto à população do município, por meio da aplicação de um questionário estruturado disponibilizado online, utilizando a plataforma Google Forms – Questionário de Pesquisa - Governança Pública e Saúde em Araras/SP (Apêndice B). O questionário foi composto por questões fechadas, abordando aspectos como a percepção dos moradores sobre a atuação da gestão pública, o nível de informação da população, a adesão às campanhas de prevenção e o grau de confiança nas ações do poder público. A primeira questão do formulário apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo que os participantes estivessem cientes dos objetivos da pesquisa, da confidencialidade das respostas e da participação voluntária, podendo optar por aceitar ou recusar a participação (Apêndice A).

As respostas coletadas foram tabuladas em planilhas eletrônicas no Microsoft Excel, sendo posteriormente submetidas a análise estatística descritiva. Foram calculadas frequências absolutas e relativas (percentuais) das respostas, possibilitando identificar padrões e

tendências nas percepções da população. Os resultados obtidos serviram de base para discutir a relação entre as estratégias de governança pública adotadas e os desafios sociais locais enfrentados pelo município, possibilitando a proposição de ações e estratégias mais eficazes de integração entre o poder público e a sociedade civil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada junto aos moradores do município de Araras (SP) permitiu compreender de que forma a população percebe as ações de governança pública voltadas ao enfrentamento da dengue e da COVID-19. Para obtenção das respostas, o questionário foi enviado à 100 moradores do município de Araras, dos quais 57 responderam mediante aceite do TCLE. Os dados indicaram predominância de respondentes na faixa etária entre 25 e 44 anos (63%), com maior presença feminina (70%) e elevado nível de escolaridade, sendo 56% com ensino superior completo e 21% com pós-graduação. Esse perfil representa um público adulto, ativo e socialmente engajado, que vivencia diretamente os impactos das políticas públicas de saúde. De acordo com Buss *et al.* (2020), grupos nessa faixa etária tendem a apresentar maior consciência sobre as condições de saúde e qualidade de vida, refletindo em avaliações mais críticas das ações governamentais. Assim, observa-se que as respostas obtidas traduzem percepções embasadas em experiências cotidianas e expectativas quanto à efetividade das medidas adotadas.

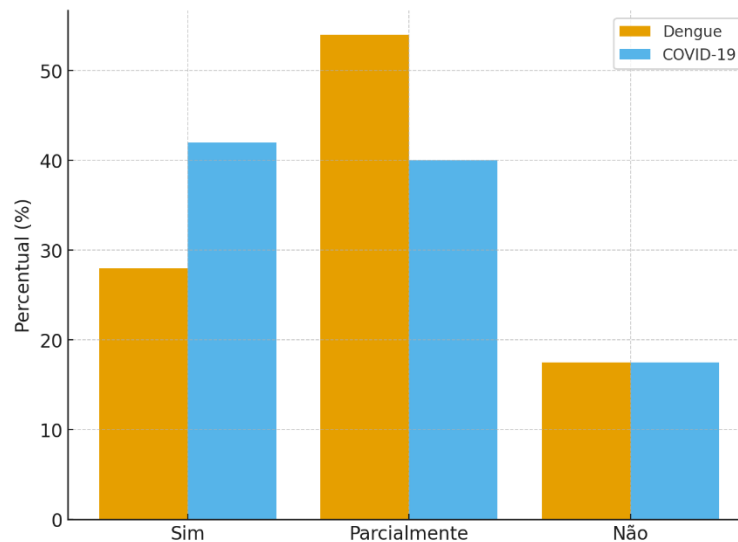
Em relação ao gênero, se observou predominância feminina (70%), o que está em consonância com pesquisas nacionais que apontam o protagonismo das mulheres nos cuidados com a saúde da família e maior engajamento em processos de participação social no campo da saúde coletiva (Renk, Buziquia, Bordini, 2022).

Quanto à escolaridade, verificou-se que a maioria dos respondentes possui ensino superior completo (56%) ou pós-graduação (21%), enquanto 23% declararam ter concluído apenas o ensino médio. Esse perfil indica um público com elevado capital escolar, aspecto que pode influenciar a criticidade na avaliação da gestão pública e a atenção às informações de saúde, uma vez que o nível educacional está diretamente associado à capacidade de compreensão das políticas públicas, ao acesso à informação e à participação consciente em ações de saúde coletiva (Santos e Rover, 2021).

No que se refere a percepção da população sobre a eficiência ao combate, a Figura 1 - Percepção da População sobre a Eficiência da Prefeitura no Combate à Dengue e à COVID-19, destaca que apenas 28% dos participantes avaliaram positivamente a atuação da

prefeitura da cidade, enquanto a maioria (54%) considerou apenas parcialmente eficiente e 17,5% classificaram como ineficiente. Tratando-se da COVID-19, houve leve melhora na percepção: 42% avaliaram como eficiente, 40% como parcialmente eficiente e 17,5% como ineficiente.

Figura 1 - Percepção da População sobre a Eficiência da Prefeitura no Combate à Dengue e à COVID-19

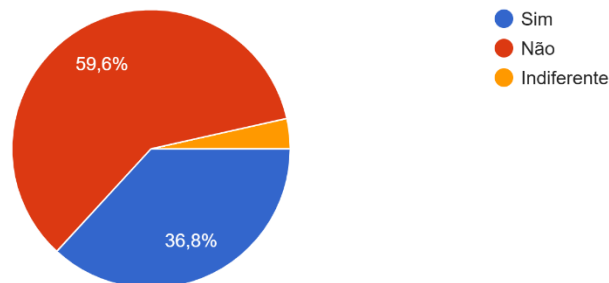


Fonte: elaborada pelos autores (2025)

Esses resultados indicam que, mesmo diante de esforços institucionais, predomina a percepção de que as medidas foram insuficientes. Essa visão corrobora a pesquisa de Moura, Cárdenas e Guilhem (2025), que apontam para a fragilidade técnica e administrativa dos municípios de médio porte, além da dificuldade de coordenação intergovernamental. E ainda, dialoga com Casanova *et al.* (2024), que evidenciaram falhas de comunicação e logística na resposta à pandemia, especialmente em populações vulneráveis.

Quanto à participação da população nas campanhas de prevenção, a Figura 2 - Participação da População em Campanhas de Prevenção Promovidas pela Prefeitura, evidencia que apenas 37% afirmaram ter participado das ações promovidas pela prefeitura, contra 60% que não participaram e 3% que se declararam indiferentes. Essa baixa mobilização revela um desafio central da gestão pública: a fragilidade da articulação entre Estado e sociedade civil. Segundo Bravo, Paula e Raichelis (2024), a ausência de canais efetivos de diálogo e a pouca valorização da participação popular limitam o impacto das políticas de promoção da saúde. Verifica-se assim, que em Araras, a falta de engajamento não decorre apenas da omissão da população, mas também da deficiência na comunicação institucional e na continuidade das campanhas.

Figura 2 – Participação da População em Campanhas de Prevenção Promovidas pela Prefeitura

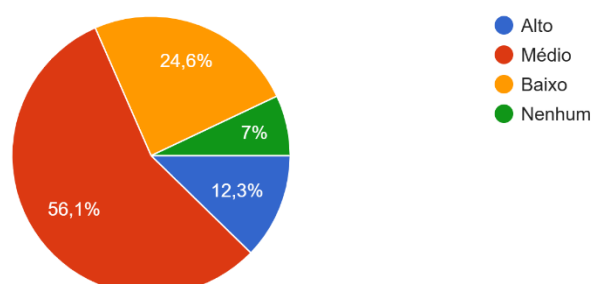


Fonte: elaborada pelos autores (2025)

Segundo Bravo, Paula e Raichelis (2024), a participação cidadã é fator decisivo para o fortalecimento da governança pública em saúde. No entanto, a elevada ausência de participação em Araras sugere dificuldades de mobilização comunitária e falhas de articulação entre governo e sociedade.

No que diz respeito ao nível de confiança nas ações públicas, representado na Figura 3 - Nível de Confiança da População nas Ações da Gestão Pública ao Combate de Doenças, 56% dos participantes declararam confiança média, 25% baixa e apenas 12% alta confiança. Essa percepção de descrença parcial reflete o distanciamento entre o poder público e os cidadãos. Conforme Silva *et al.* (2020), a confiança institucional depende da transparência e da capacidade de resposta do governo às demandas sociais. Essa falta de confiança demonstra que a população reconhece a importância das ações, mas questiona sua efetividade e coerência, especialmente em contextos de crise sanitária.

Figura 3 – Nível de Confiança da População nas Ações da Gestão Pública ao Combate de Doenças

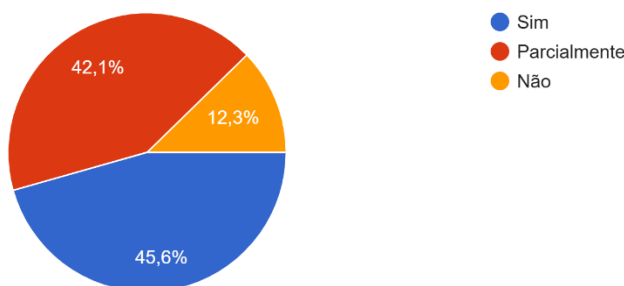


Fonte: elaborada pelos autores (2025)

Esse resultado evidencia uma descrença parcial, pois, embora a população não rejeite totalmente as políticas adotadas, também não reconhece nelas a legitimidade necessária para uma adesão ampla. Tal cenário confirma a análise de Silva *et al.* (2020), que enfatizam a importância de processos colaborativos e transparentes como pilares da confiança social.

Sobre o acesso à informação preventiva, a Figura 4 - Percepção da População sobre Informações para Prevenção das Doenças, mostra que 46% consideraram adequadas as comunicações recebidas, 42% apenas parciais e 12% insuficientes. Apesar de a maioria ter acesso a algum tipo de informação, a comunicação não parece contínua ou clara. Essa lacuna reflete o que Azevedo, Pelicioni e Westphal (2022) descrevem como um dos maiores desafios da promoção da saúde: a ausência de estratégias integradas de educação em saúde capazes de envolver diferentes segmentos sociais. O grupo avalia que, em Araras, as campanhas são pontuais e não mantêm um diálogo constante com a comunidade, reduzindo seu impacto prático.

Figura 4 – Percepção da População sobre Informações para Prevenção das Doenças



Fonte: elaborada pelos autores (2025)

Embora a maioria tenha recebido algum nível de informação, os dados revelam que quase metade dos entrevistados considerou a comunicação incompleta, reforçando as dificuldades de educação em saúde já apontadas por Azevedo, Pelicioni e Westphal (2022). Para os autores, a ausência de comunicação clara e contínua compromete a prevenção, especialmente em cenários de crises sanitárias.

Por fim, quanto à adesão da população às campanhas, observou-se que apenas 14% acreditam na participação efetiva dos moradores, 58% consideram adesão parcial e 28% acreditam que não há engajamento. Esses resultados, conforme destacado por Linhares,

Santos e Santos (2024), reforçam a importância da mobilização comunitária como elemento essencial para o sucesso das políticas públicas. Na percepção do grupo, os dados apontam que as ações governamentais carecem de legitimidade social, e que ainda há distância entre o planejamento das políticas e sua execução prática, especialmente quanto à integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), notadamente o ODS 3, que propõe assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos¹.

De forma geral, os resultados apontam que a governança pública em Araras apresenta avanços pontuais, mas permanece limitada diante dos desafios estruturais, sociais e comunicacionais. A análise revela que o fortalecimento da governança em saúde exige planejamento intersetorial, transparência na gestão, educação continuada em saúde e participação efetiva da comunidade. Assim, compreende-se que a melhoria das estratégias locais depende tanto da competência técnica da administração quanto da capacidade de mobilizar coletivamente a sociedade, transformando políticas em práticas sustentáveis e integradas ao cotidiano da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as estratégias de governança pública no município de Araras (SP) no enfrentamento da dengue e da COVID-19, buscando compreender de que forma essas ações responderam aos desafios sociais locais e como se articulam com os princípios da saúde coletiva e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3. A partir da análise dos dados obtidos no questionário aplicado à população, foi possível identificar avanços pontuais nas políticas públicas, mas também limitações estruturais e de comunicação que comprometem a efetividade das ações.

Os resultados revelaram que a população reconhece parcialmente os esforços da gestão municipal, mas ainda demonstra descrença e baixa confiança nas políticas implementadas. A predominância de avaliações medianas sobre a eficiência da prefeitura tanto no combate à dengue quanto à COVID-19 evidencia a necessidade de aprimorar os mecanismos de planejamento, transparência e monitoramento. Essa percepção está diretamente relacionada à ausência de uma comunicação contínua e acessível, bem como à baixa mobilização da comunidade nas campanhas de prevenção.

A pesquisa também evidenciou que a participação social permanece um dos principais desafios da governança local. A baixa adesão às campanhas reforça a análise de que as políticas públicas de saúde ainda operam em modelo verticalizado, com pouca escuta

das demandas da população. Nesse sentido, destaca-se a importância de fortalecer os espaços de diálogo e de ampliar as estratégias de educação em saúde, aproximando o poder público dos cidadãos e promovendo corresponsabilidade na gestão da saúde coletiva.

De forma geral, os resultados permitem concluir que as estratégias de governança pública em Araras demonstram avanços pontuais, porém limitados pela fragmentação institucional, pela falta de integração intersetorial e pela baixa participação popular. A efetividade das ações depende não apenas de investimentos em infraestrutura e recursos humanos, mas também de práticas de gestão baseadas na transparência, no controle social e na comunicação eficiente.

Sendo assim, a análise reforça que a construção de uma governança pública efetiva requer um modelo participativo e cooperativo, capaz de integrar políticas, gestores e comunidade em torno de um propósito comum: garantir o bem-estar coletivo e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) como espaço de equidade, solidariedade e cidadania.

Sugere-se, ainda, que futuros estudos aprofundem a temática da governança pública em saúde no município de Araras e em outras cidades de porte semelhante, ampliando o número de participantes, incorporando metodologias mistas (quantitativas e qualitativas) e incluindo a percepção de gestores, profissionais de saúde e representantes de conselhos e movimentos sociais. Investigações comparativas entre municípios, análises entre cidades sobre a efetividade das ações implementadas e avaliações específicas de programas ou campanhas de prevenção podem contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas, oferecendo subsídios empíricos e teóricos para o monitoramento de indicadores alinhados ao ODS 3 e para o fortalecimento da gestão democrática em saúde.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Wilcky Coelho; ALVARENGA, Witor Coelho. **Plano municipal de contingência: comportamento epidemiológico e as medidas de enfrentamento da dengue no município de Guanambi-BA**. Guanambi: Centro Universitário UniFG, 2022. Artigo apresentado ao curso de Biomedicina como requisito de avaliação da disciplina. Disponível em: <https://repositorioapi.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/b94e56a3-9d56-4e62-97e7-aadf5432ecaa/content>. Acesso em: 21 mai. 2025.

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi; WESTPHAL, Marcia Faria. Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1333–1356, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2012.v22n4/1333-1356/pt>. Acesso em: 21 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 21 mai. 2025.

BRAVO, Maria Inês Souza; PAULA, Renato Francisco dos Santos; RAICHELIS, Raquel. **Participação social e esfera pública: desafios na relação com conselhos e movimentos sociais**. Serviço Social & Sociedade, v. 147, n. 2, 2024. DOI: 10.1590/0101-6628.403. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nBDpbN7B7w3ThPWwhhRn6dD/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BUSS, Gustavo. **Na sua visão, qual o papel da gestão de emergências de saúde pública?**. 2024. Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Disponível em: <https://www.ufsm.br/projetos/institucional/observatorio-crise/gustavo-buss-fundacao-oswaldo-cruz-fiocruz#:~:text=Na%20sua%20vis%C3%A3o%2C%20qual%20o%20papel%20da,a%20gest%C3%A3o%20de%20emerg%C3%A2ncias%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%ABlica>. Acesso em: 3 abr. 2025.

BUSS, Paulo Marchiori; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; PINTO, Luiz Felipe; ROCHA, Cristianne Maria Famer. **Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980–2020)**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 4723–4735, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.15902020>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n12/4723-4735/>. Acesso em: 21 out. 2025.

FURTADO, José Henrique de Lacerda; QUEIROZ, Caio Ramon; ANDRES, Silvana Carloto (org.). **Atenção primária à saúde no Brasil: desafios e possibilidades no cenário contemporâneo**. Campina Grande: Editora Amplla, 2021. ISBN 978-65-88332-27-6. DOI: 10.51859/amplla.aps276.1121-0. Disponível em: <https://ampllaeditora.com.br/books/2021/04/eBook-Atencao-Primaria.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Araras (SP)**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araras/panorama>. Acesso em: 21 maio 2025.

LINHARES, João Eduardo; SANTOS, Gilson Ditzel; SANTOS, Marcelo Junior dos. **Desafios e oportunidades da governança em saúde: um estudo de caso em um município de pequeno porte**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2024. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/desafios-e-oportunidades-da-governanca-em-saude-um-estudo-de-caso-em-um-municipio-de-pequeno-porte/19093?id=19093>. Acesso em: 21 mai. 2025.

MARINHO, Lúcia de Fátima Pereira Leite; SANTANA, Alessandra dos Santos; OLIVEIRA, Pablo de Jesus; CARVALHO, Davi Magalhães; MACHADO, Mariana dos Santos. Políticas públicas para a saúde das famílias e das comunidades no contexto da atenção primária à saúde em tempos de pós-pandemia. *Revista Cedigma*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1–14, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13838925>. Disponível em: <https://revistacedigma.cedigma.com.br/index.php/cedigma/article/view/32>. Acesso em: 21 mai. 2025.

MARTINS, Ana Luisa Jorge; MIRANDA, Wanessa Debôrtoli; SILVEIRA, Fabrício; PAES-SOUSA, Rômulo. **A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como estratégia para equidade em saúde e territórios sustentáveis e saudáveis**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 48, spe. 1, ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18828P>. Acesso em: 21 mai. 2025.

MENÊZES, Anna Karolina Marinho de; MARTINS, Maria de Fátima. **Conexões entre as temáticas Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Municipal Sustentável: uma revisão sistemática da literatura contemporânea**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 5, e57810515309, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.15309>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.15309>. Acesso em: 21 mai. 2025.

MOTTA, José Inácio Jardim; VAITSMAN, Jeni; RIBEIRO, José Mendes. **Sistemas de saúde, mecanismos de governança e porosidade governamental em perspectiva comparada**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, spe4, p. e401, nov. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/xLydC6ndNbBd7wW4pDJX9JM/?lang=pt>. Acesso em: 21 mai. 2025.

MOURA, Ananda Cristine Amador de; CÁRDENAS, Hugo Vinicius Alves; GUILHEM, Dirce Bellezi. **Participação social no Sistema Único de Saúde, suas potencialidades, desafios e perspectivas: revisão de escopo**. Ciência & Saúde Coletiva, 0082/2025. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/participacao-social-no-sistema-unico-de-saude-suas-potencialidades-desafios-e-perspectivas-revisao-de-escopo/19558>. Acesso em: 21 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU Brasil. **As Nações Unidas no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/>. Acesso em: 21 mai. 2025.

OLIVEIRA, Ana Paula Cavalcante de; GABRIEL, Mariana; DAL POZ, Mario Roberto; DUSSAULT, Gilles. **Desafios para assegurar a disponibilidade e acessibilidade à assistência médica no Sistema Único de Saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 4, p. 1137-1145, abr. 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017224.31382016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/X7GmB9B7T3hbXmzqgCXZgKs/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

OLIVEIRA, Alessandra Gomes de; JÚNIOR, Eumar Evangelista de Menezes. Governança brasileira de enfrentamento da COVID-19: análise das medidas implementadas entre 2020 e 2024. *Revista Aracê, São José dos Pinhais*, v. 6, n. 3, p. 10806-10825, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.56238/arev6n3-385>. Disponível em:
<https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/1809/2284/6705>. Acesso em: 21 out. 2025.

PINHEIRO, Eduardo Gomes. **Gestão pública para a redução dos desastres: incorporação da variável risco de desastre à gestão da cidade**. 2021. Disponível em: <https://shorturl.at/fEJUX>. Acesso em: 21 mai. 2025.

PIRES, Laurenice de Jesus Alves; RIBEIRO, José Mendes; CRUZ, Marly Marques da. **Um breve panorama sobre a Agenda 2030, as doenças crônicas não transmissíveis e os desafios de não deixar ninguém para trás**. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 7, e00139323, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT139323>. Acesso em: 21 mai. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS. **Araras ultrapassa os 1.600 casos de dengue no ano**. Araras, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://www.araras.sp.gov.br/noticias/27804>. Acesso em: 4 abr. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

RENK, Valquiria Elita; BUZQUIA, Sabrina Pontes; BORDINI, Ana Silvia Juliatto. **Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado**. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 387-398, jul./set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230030228>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Rj7CcQFNbJHCTFpwWGrnppt/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2025.

SANTO, Anderson Luís do; VOKS, Douglas. **Governança da Saúde Pública: conflitos e desafios para uma gestão compartilhada na fronteira Brasil-Bolívia final**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal. Mestrado em Estudos Fronteiriços. Corumbá, MS, Brasil. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sausoc/2023.v32n1/e210704pt/>. Acesso em: 21 mai. 2025.

SANTOS, Rodolfo Rocha dos; ROVER, Suliani. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 791–809, jul./ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180084>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/hgNrfWjKs9cRxh434YmKNQh/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2025.

SILVA, Bruno Cezar; CONFESSOR, Kliver Lamarthine Alves (org.). **Administração pública: desafios e perspectivas da gestão pública pós-pandemia**. Editora Científica Digital, 2021. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-89826-61-3.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

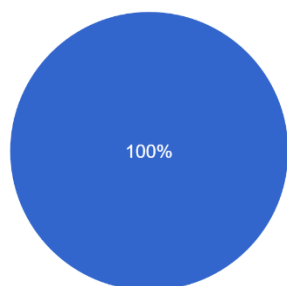
SILVA, Marcello Henrique Araujo da; PROCÓPIO, Isabella Mendes. A fragilidade do sistema de saúde brasileiro e a vulnerabilidade social diante da COVID-19. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 33, 2020. DOI: 10.5020/18061230.2020.10724. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/10724>. Acesso em: 21 out. 2025.

SILVA, Renan Carlos Freitas da; SANTOS, Erlene Roberta Ribeiro dos; MARTELLI, Petrônio José de Lima; SOBRINHO, José Eudes Lorena; SOUTO, Camila da Costa Lima. A governança e o planejamento na perspectiva regional de saúde. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e300331, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300331>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2020.v30n3/e300331>. Acesso em: 21 mai. 2025.

TEIXEIRA, Carmen Fontes de Souza. **Desafios da Vigilância em Saúde no momento atual**. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 31, n. 2, e2022357, 2022. DOI: 10.1590/S2237-96222022000200017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/rYthhyZSMY7NmyTKKkpt8TK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2025.

Apêndice A – TCLE

57 respostas

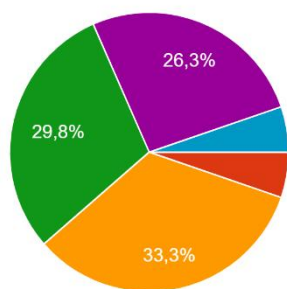


- Sim, aceito participar da pesquisa.
- Não, recuso participar da pesquisa.

Apêndice B – Questionário de Pesquisa - Governança Pública e Saúde em Araras/SP

1. Idade:

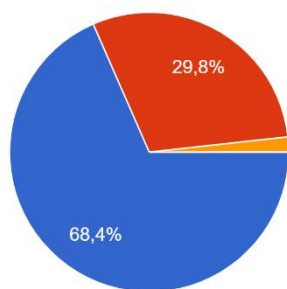
57 respostas



- Menor de 18 anos
- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 59 anos
- 60 anos ou mais

2. Gênero:

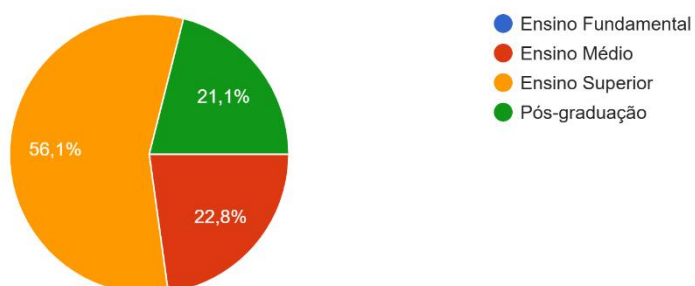
57 respostas



- Feminino
- Masculino
- Prefiro não informar

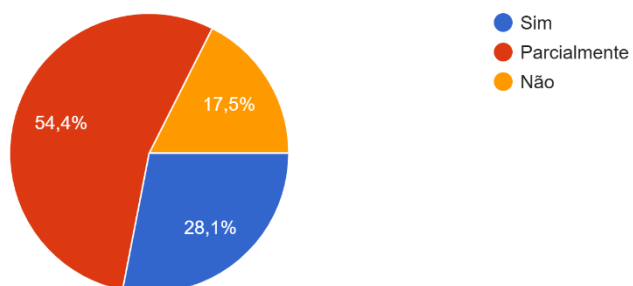
3. Escolaridade

57 respostas



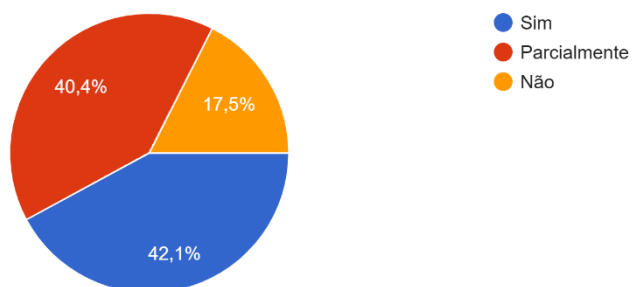
4. Você considera que a prefeitura está atuando de forma eficiente no combate à dengue?

57 respostas



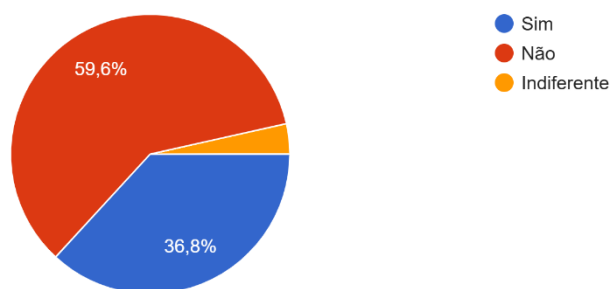
5. Você considera que a prefeitura está atuando de forma eficiente no combate à COVID-19?

57 respostas



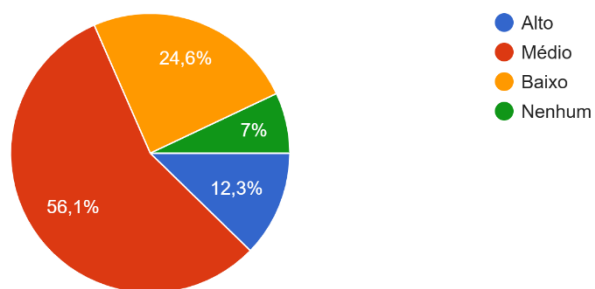
6. Você participou de alguma campanha de prevenção promovida pela prefeitura?

57 respostas



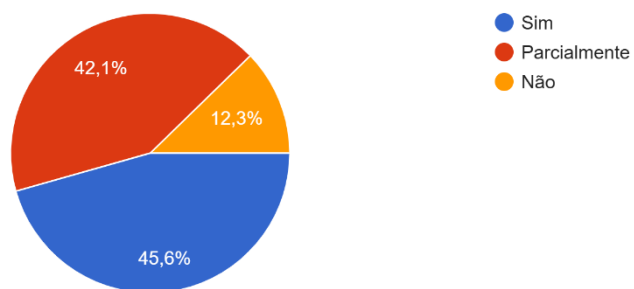
7. Qual o seu nível de confiança nas ações da gestão pública no enfrentamento dessas doenças?

57 respostas



8. Você recebeu informações suficientes sobre prevenção da dengue e da COVID-19?

57 respostas



9. Em sua opinião, a população de Araras adere às campanhas de prevenção promovidas pelo poder público?

57 respostas

